



2500 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 08 - Educação Superior

Considerações sobre os fatores intervenientes associados à evasão em cursos de graduação presenciais no Brasil
Claudia Bragança Pedro - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Considerações sobre os fatores intervenientes associados à evasão em cursos de graduação presenciais no Brasil

O artigo ora apresentado pretende localizar na literatura o conceito atribuído ao fenômeno evasão nos cursos de graduação presenciais, bem como identificar os principais fatores intervenientes associados aos índices de evasão nos estudos sobre o tema. Para atingir esse objetivo foram analisados artigos, teses e dissertações obtidos na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), no portal de periódicos Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), Banco de teses e dissertações (BDTD). Os estudos sobre evasão contribuíram muito no avanço de sua compreensão, mas ainda é necessário a continuidade de pesquisas sobre o tema para que possam subsidiar na elaboração de políticas públicas educacionais e no aprimoramento da Assistência Estudantil, apontada pelos estudos como importante elemento no combate à evasão.

Palavras chave: Evasão, Educação Superior, Assistência Estudantil

Considerações sobre os fatores intervenientes associados à evasão em cursos de graduação presenciais no Brasil

O artigo ora apresentado pretende localizar na literatura o conceito atribuído ao fenômeno evasão nos cursos de graduação presenciais, bem como identificar os principais fatores intervenientes associados aos índices de evasão nos estudos sobre o tema. Para atingir esse objetivo foram analisados artigos, teses e dissertações obtidos na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), no portal de periódicos Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), Banco de teses e dissertações (BDTD). Os estudos sobre evasão contribuíram muito no avanço de sua compreensão, mas ainda é necessário a continuidade de pesquisas sobre o tema para que possam subsidiar na elaboração de políticas públicas educacionais e no aprimoramento da Assistência Estudantil, apontada pelos estudos como importante elemento no combate à evasão.

Palavras chave: Evasão, Educação Superior, Assistência Estudantil

Introdução

Comum às universidades, além de representar a perda do direito à educação superior, a evasão é um problema contemporâneo, de grande impacto social, acadêmico e econômico, que tem gerado preocupações tanto para instituições públicas quanto privadas. Devido a sua complexidade, ela é foco de análises e estudos em diversos países que revelam padrões comuns de comportamento deste fenômeno, embora tenha que se considerar as peculiaridades socioeconômicas e culturais de cada país (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

Embora não exista um consenso na literatura quanto ao conceito de evasão, em geral, ela é identificada, quando, por algum motivo, o estudante abandona o curso sem se diplomar, motivado por fatores que podem envolver questões de caráter institucional, econômico, social, cultural e pessoais. Os fatores associados a esse fenômeno podem estar aliados, ou não, à estrutura e dinâmica de cada curso ou externo a ele. Assim, a evasão pode ser tipificada como evasão de curso, evasão de instituição ou evasão do sistema (VITELLI e FRITSCH, 2016).

Este artigo pretende, portanto, realizar uma revisão bibliográfica sobre a evasão na educação superior, delimitado a estudos que versam sobre cursos de graduação presenciais, e deste modo, identificar na literatura o conceito de evasão e de seus fatores intervenientes, utilizando os bancos de dados de plataformas educacionais *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), no portal de periódicos Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), Banco de teses e dissertações (BDTD) de estudos realizados no período de 2004 até 2017.

Este artigo, além da Introdução e das Considerações Finais, foi estruturado em duas seções. A primeira seção localiza na literatura o conceito e as consequências da evasão na educação superior; a segunda apresenta estudos empíricos que versam sobre a evasão na educação superior, dos quais se destinaram a medir os índices de evasão e identificar os fatores intervenientes associados ao fenômeno.

Alguns resultados deste artigo permitem afirmar que os estudos sobre evasão, além de auxiliar na compreensão desse fenômeno tão complexo, tem o potencial nortear a criação e o aprimoramento de políticas públicas educacionais que tem o objetivo de combater a evasão neste nível de ensino, tal como a Assistência Estudantil.

1.1 Evasão na educação superior: conceito e consequências

A evasão na educação superior pode ser definida quando os estudantes, por algum motivo exceto a diplomação, iniciam, mas não concluem seus cursos. Isso gera um processo de exclusão, que pode ser ocasionado por diversos fatores internos e externos à instituição de ensino. O conceito de evasão, no entanto, pode ter diversas significações que podem variar conforme o entendimento do pesquisador, instituição ou o sistema educacional (VITELLI e FRITSCH, 2016).

Trata-se de um fenômeno complexo e comum às universidades do mundo contemporâneo, e devido ao seu alcance em nível mundial, tem sido estudada em diversos países. Spady (1970), autor que se destaca nos estudos em evasão nos Estados Unidos, criou um modelo de análise baseado na teoria do suicídio de Durkheim que, buscou identificar fatores relacionados à atributos dos estudantes (como disposições, interesses, atitudes e habilidades) e as influências, expectativas e exigências impostas pelo meio universitário. O autor conclui que, tanto fatores pertinentes à universidade, quanto fatores sociais, são consideradas estruturas importantes para a análise do processo de abandono do curso, do qual, necessitam ser analisados.

Posteriormente, Vicent Tinto realizou estudos (1975, 1987 apud ANDRIOLA, ANDRIOLA, MOURA, 2006) que culminaram no desenvolvimento de modelos teóricos que tiveram como objetivo explicar as causas da evasão que mais tarde foram aperfeiçoados por Bean (1980, 1983, apud ANDRIOLA, ANDRIOLA, MOURA, 2006), dos quais foram muito utilizados por universidades norte-americanas e em países como México, Austrália e Reino Unido. Tais modelos apontam que, o estudante deixa a universidade motivado por problemas oriundos da ausência da integração ao meio acadêmico e social da instituição que, é influenciada por questões individuais, expectativas em relação a carreira ou curso, e objetivos advindos do período pré-universitário.

Sobre os modelos teóricos propostos por Vicent Tinto (1993), Silva (2012) aponta que:

Em seu modelo longitudinal, o autor apresenta a influência de, grosso modo, quatro conjuntos de fatores sobre a decisão de evadir: atributos prévios à entrada na faculdade, como *background* familiar, habilidade e escolaridade; a inter-relação entre os objetivos e comprometimento da instituição e dos alunos; o conjunto de relações formais e informais estabelecido no ambiente acadêmico e no social, como performance acadêmica, interação com os funcionários da instituição, atividades extra-curriculares; e, por fim, a integração acadêmica e a integração social que os itens anteriores proporcionam.

Para Silva (2012), os trabalhos de Tinto tornaram possível, no entanto, o desenvolvimento de pesquisas sobre a evasão escolar de modo empírico sistemático. A partir de então, diversos trabalhos versaram sobre as causas recorrentes da evasão sob o enfoque da análise nos diversos cursos e tipologias de estudantes que corroboraram as pesquisas de Tinto (1993) e contribuíram para os estudos sobre a evasão, bem como, a evasão na educação superior. Contudo, Tinto (1993 apud Silva, 2012) afirma que:

Embora tenhamos uma impressão de quais tipos de ação parecem funcionar [para reduzir a evasão], não somos ainda capazes de dizer aos administradores como e quais diferentes ações funcionam em diferentes campi e para diferentes tipos de alunos.

Silva Filho *et al.*, (2007) chamam a atenção para a diferença entre a evasão anual média e evasão total. A evasão anual média é resultado do percentual dos estudantes matriculados em uma Instituição de Educação Superior (IES) ou em um curso, que não se formaram e não se matricularam no ano seguinte (ou semestre seguinte no caso dos cursos semestrais). A evasão total, mede o número de estudantes que ingressaram em determinado curso ou IES mas, ao final de certo número de anos não objetivaram a conclusão do curso.

A evasão na educação superior é, portanto, um desperdício social, acadêmico e econômico com prejuízo tanto para as instituições quanto para os estudantes. As instituições vão sofrer o impacto da ociosidade do espaço físico, de professores, de funcionários e de equipamentos, o que representam o desperdício de recursos governamentais para as instituições públicas e a redução de recursos oriundos de mensalidades para as instituições privadas (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

Algumas consequências da evasão para os estudantes, dentre outras, podem se configurar como o atraso ou a anulação das oportunidades de trabalho, crescimento pessoal, expectativas de melhorar a renda (SILVA FILHO *et al.*, 2007), ao representar a anulação ao direito à educação para alguns estudantes.

Desse modo, o relatório intitulado “Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas” (1996) indica que o fenômeno da evasão apresenta relativa homogeneidade das características da evasão em algumas áreas do saber, é necessário considerar, contudo, as características distintas entre instituições bem como as características específicas de caráter socioeconômico e cultural de cada país analisado (BRASIL, 1996). Assim, o relatório sugere que o diagnóstico de evasão deve ser complementado por pesquisas que considerem “a correlação possível da multiplicidade de fatores que seguramente interferem na enfocada evasão” (BRASIL, 1996, p. 26).

Devido à pertinência do tema e a necessidade cabal na compreensão desse fenômeno, a evasão na educação superior é o foco de estudos de diversos pesquisadores no Brasil, apresentados na seção posterior.

1.2 Estudos sobre os fatores intervenientes associados à Evasão

Os fatores associados a evasão são diversos e podem apresentar variáveis que vão desde questões que envolvem às IES, características específicas do curso, ou ainda questões que envolvem os estudantes. É possível observar que a maioria das pesquisas sobre evasão são estudos de caso, que contemplam uma realidade específica do comportamento do fenômeno em alguns cursos, áreas ou IES. Neste trabalho foram analisados apenas os resultados de pesquisas sobre evasão de cursos de graduação na modalidade presencial, que mediram a incidência do fenômeno e apresentam fatores associados a ele.

O quadro 1, “Fatores intervenientes da evasão na Educação Superior”, sintetiza os resultados da revisão bibliográfica dos estudos sobre a evasão em cursos de graduação presenciais realizadas no período de 2004 até 2017, por meio da categorização em nível de IES, Curso e Estudantes:

Quadro 1 – Fatores intervenientes da evasão na Educação Superior.

	Fatores intervenientes	Autores
IES	Ações de permanência na IES	ADACHI (2009); MACEDO (2014); RODRIGUES (2012); VITELLI (2013)
	Aspectos relacionados a infraestrutura da IES	AMBIEL <i>et al.</i> (2016); BIAZUS (2004); FREITAS; COSTA; COSTA (2017)
	Dependência administrativa	RAMOS (2013); SILVA FILHO <i>et al.</i> (2007)
	Questões didático-pedagógicas dos professores	BIAZUS (2004); MACEDO (2014); PALMA (2007); RODRIGUES (2012); SILVA (2015)
	Região	RAMOS (2013); SILVA FILHO <i>et al.</i> (2007)
Curso	Área de conhecimento do curso	FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); SILVA FILHO <i>et al.</i> ; VITELLI (2013)
	Grau acadêmico	SILVA (2015)
	Organização acadêmica (Bacharel, Licenciatura, Tecnólogo)	CUNHA <i>et al.</i> (2015); SILVA FILHO <i>et al.</i> (2007)
	Semestre em que se encontra no curso	FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); SANTOS (2016); SILVA (2015); VITELLI (2013)
	Turno do curso	RAMOS (2013); SILVA (2015)
Estudantes	Adaptabilidade	ADACHI (2009); PALMA (2007); SAMPAIO <i>et al.</i> (2011); SILVA FILHO <i>et al.</i> (2007); TONTINI e WALTER (2012)
	Colocação profissional e vocação	SILVA FILHO <i>et al.</i> (2007); TONTINI e WALTER (2012)
	Financiamento/Bolsa estudantil (FIES, PROUNI)	FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); RAMOS (2013); SANTOS (2016); VITELLI (2013)
	Desempenho acadêmico ou dificuldades de acompanhamento	AMORIM (2016); DURSO (2015); FIALHO (2008); FREITAS; COSTA; COSTA (2017); FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); PALMA (2007); RODRIGUES (2012); SAMPAIO <i>et al.</i> (2011); SANTOS (2016); SILVA (2013); SILVA (2015); SILVA (2016); VITELLI (2013)
	Desempenho no vestibular	ADACHI (2009); BRISSAC (2009); FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); SAMPAIO <i>et al.</i> (2011); VITELLI (2013)
	Dificuldades de conciliar trabalho com estudos	AMBIEL <i>et al.</i> (2016); DURSO (2015);

	Fatores intervenientes	Autores
		MACEDO (2014); TONTINI e WALTER (2012); VANZ <i>et al.</i> (2016)
	Estado civil	FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); SAMPAIO <i>et al.</i> (2011); SILVA (2015)
	Forma de ingresso	FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); VITELLI (2013)
	Gênero	DURSO (2015); FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); RAMOS (2013); SAMPAIO <i>et al.</i> (2011); SILVA (2013); SILVA (2015); SILVA (2016); VITELLI (2013)
	Idade	DURSO (2015); FIALHO (2008); FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); RAMOS (2013); SAMPAIO <i>et al.</i> (2011); SILVA (2013); SILVA (2016); VITELLI (2013)
	Mudança de curso, transferências ou mudança de cidade	FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); PALMA (2007); SILVA (2015); SILVA (2016)
	Questões pessoais como saúde, família ou motivação pessoal	AMBIEL <i>et al.</i> (2016); BRISSAC (2009); BIAZUS (2004); FIALHO (2008); PALMA (2007); SILVA (2015); TONTINI e WALTER (2012)
	Questões socioeconômicas e dificuldades financeiras	ADACHI (2009); AMBIEL <i>et al.</i> (2016); CUNHA <i>et al.</i> (2015); DURSO (2015); MACEDO (2014); SAMPAIO <i>et al.</i> (2011); SANTOS (2016); SILVA (2013); SILVA (2015); SILVA FILHO <i>et al.</i> (2007); VANZ <i>et al.</i> (2016); VITELLI (2013)
	Tipo de ensino médio	BRISSAC (2009); DURSO (2015); FIALHO (2008); SAMPAIO <i>et al.</i> (2011); VITELLI (2013)
	Vocação, indecisão profissional ou prestígio social do curso	ADACHI (2009); BIAZUS (2004); DURSO (2015); FREITAS; COSTA; COSTA (2017); FRITSCH, ROCHA; VITELLI (2015); MACEDO (2014); PALMA (2007); SAMPAIO <i>et al.</i> (2011); RODRIGUES (2012); SILVA (2015); VANZ <i>et al.</i> (2016); VITELLI (2013)

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Desse modo, o Quadro 1 demonstra que os fatores associados à evasão mais comuns apontadas nos estudos acadêmicos relacionados às IES foram: Categoria Administrativa (RAMOS, 2013; SILVA FILHO *et al.*, 2007), Organização Acadêmica (CUNHA *et al.*, 2015; SILVA FILHO *et al.*, 2007) e Região (RAMOS, 2013; SILVA FILHO *et al.* 2007).

A predominância do fenômeno da evasão ocorre nas IES privadas, onde se concentram o maior número de estudantes da educação superior^[1] (SILVA FILHO *et al.*, 2007). Assim, a categoria administrativa é recorrentemente apontada em estudos como um importante fator associado a evasão (RAMOS, 2013; SILVA FILHO *et al.*, 2007). Ao analisar os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) dos anos de 1999 e 2005, Silva Filho *et al.* (2007) indicam que a taxa de evasão nacional naquele período foi de 22%, nas IES públicas a média foi de 12%, enquanto nas IES particulares foi de 26%, ou seja, por representarem o maior número de estudantes inseridos no sistema de educação superior, as taxas das IES particulares se aproximam mais da média nacional.

Posteriormente, Ramos (2013) observou o comportamento do fenômeno da evasão do ano de 2010, também utilizando dados do INEP, dessa vez por meio análise estatística binária (modelo *probit*), o estudo dessa autora comprovou a existência de uma maior probabilidade de evasão dos estudantes de IES privadas quando comparados aos estudantes de IES públicas. Quanto ao comportamento da evasão nas IES públicas, o modelo binário aplicado por Ramos (2013) constatou que os estudantes de IES estaduais apresentam as menores probabilidades de evasão, em contrapartida, as IES municipais apresentam as maiores probabilidades, que, de acordo com a autora, pode ser explicado devido ao fato de que a rede municipal ainda cobra mensalidades de seus estudantes, ainda que tenha financiamento municipal para arcar parcialmente com suas despesas.

Em relação a Organização acadêmica, estudos (CUNHA *et al.*, 2015; SILVA FILHO *et al.*, 2007) revelam que o fenômeno ocorre principalmente nas faculdades. Silva Filho *et al.* (2007) postulam que o conjunto de faculdades pode ser considerado o responsável pelas altas taxas de evasão nacionais. Assim, enquanto as universidades apresentavam em 2005 a taxa média anual de evasão de 19% (abaixo da média nacional de 22%), as faculdades apresentaram a taxa média de 29% (SILVA FILHO *et al.*, 2007). Os estudos de Cunha *et al.* (2015), que aplicaram testes estatísticos de hipótese (ANOVA) nos cursos de graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis em IES brasileiras através do bando de dados do INEP, revelam que as menores taxas de evasão nesses cursos se encontram nas universidades e nos centros universitários, enquanto as maiores taxas estão concentradas nas faculdades, escolas, Institutos e Centros de Ensino Tecnológico, e dessa forma, corroboram as pesquisas de Silva Filho *et al.* (2007), embora o universo dessa pesquisa tenha sido restrito a

alguns cursos específicos.

Ramos (2013), aponta que a expansão da educação superior ocorrida período entre 1998 e 2010 perpassa, sobretudo por instituições particulares de pequeno porte, com uma concentração geográfica do país e área do conhecimento. Alguns autores (RAMOS, 2013; SILVA FILHO *et al.* 2007) apontam que a evasão se comporta de modo específico em determinadas regiões geográficas. Ao comparar a taxa média anual de evasão por regiões do país, Silva Filho *et al.* (2007) constata, com base nos dados de 2000 a 2005, que a região norte apresentou a menor taxa de evasão do país (16%) e a região Centro-Oeste a maior (23%). Todas regiões apresentaram bastante oscilações, ficando alguns anos abaixo ou acima da média nacional (22%) no decorrer dos anos pesquisados, com destaque para Piauí e Maranhão. Destaca-se que a região com a menor taxa de evasão anual média, a região nordeste, abrigava em 2005 grande parte dos estudantes (cerca de 60%) no sistema público, onde a incidência do fenômeno é menor.

Em relação as variáveis referentes ao curso, os estudos apontam que alguns dos fatores associados à evasão estão relacionados à área de conhecimento (DAVOK e BERNARD, 2016; FRITSCH, ROCHA, VITELLI, 2015; SAMPAIO *et al.*, 2011; SILVA FILHO *et al.*, 2007), Grau acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnológico) (SILVA, 2015) e o Turno (RAMOS, 2013; SILVA, 2015).

Em um estudo de caso realizado em uma IES particular, Fritsch, Rocha, Vitelli (2015) verificaram, que no período de cinco anos, a taxa de evasão média naquela instituição especificamente, teve a concentração das maiores taxas na área de Ciências Humanas com 61,09% e das menores nos cursos de Ciências Jurídicas (50,83%), que também representa um resultado bastante alto. Ao investigar o panorama de uma IES estadual, Davok e Bernard (2016) constataram a predominância do fenômeno nos cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra (58,6%), Engenharia (41,0%), e Linguística, Letras e Artes (45,9%). De acordo com Silva Filho *et al.* (2007), com base em dados de cursos de graduação de todo Brasil fornecidos pelo INEP a predominância do fenômeno ocorre nas áreas ligadas a Serviços, que no período investigado pelos autores (2001 a 2005), apresentou a taxa de evasão anual média 29% de evasão anual média. A constatação de Silva Filho *et al.* (2007) foi corroborada posteriormente em estudos de Sampaio *et al.* (2011), que observam a correlação entre a renda e o desempenho no vestibular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), constatando que os cursos que com menor concorrência no vestibular, como os cursos ligados a serviços, apresentam alto índice de evasão, ao contrário do ocorre com cursos que exigem maior nota no ingresso.

Silva (2015), destaca que o grau acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnológico) e o turno do curso também são variáveis que podem alterar o comportamento da evasão. De acordo com o estudo de caso realizado em uma IES privada do interior paulista que teve o intento de medir a taxa de evasão do ano de 2013 naquela instituição, e dessa forma buscar a compreensão fenômeno, o autor (SILVA, 2015) constatou que a taxa de evasão total média (que considerou o tempo total de integralização do curso) foi de 47%, nos cursos de bacharel noturnos atingiu 50%, ou seja, acima da média de IES, enquanto os tecnológicos noturnos de 40%, abaixo da média da IES. A pesquisa de Ramos (2013) corrobora Silva (2015), com base em evidências da evasão no contexto nacional em 2010, aponta que os estudantes de cursos noturnos apresentam maior probabilidade de evadir, em contrapartida, os de cursos integrais (diurnos) são os que apresentam as menores probabilidades somar aos índices de evasão.

A maior parte dos fatores intervenientes associados a evasão encontrados nos estudos, contudo, são variáveis atinentes aos estudantes, tais como: Gênero (DURSO, 2015; RAMOS, 2013; SAMPAIO *et al.*, 2011; SILVA, 2013; SILVA, 2015; SILVA, 2016; VITELLI, 2013), Idade (DURSO, 2015; FIALHO, 2008; FRITSCH, ROCHA, VITELLI, 2015; RAMOS, 2013; SAMPAIO *et al.*, 2011; SILVA, 2013; SILVA, 2016; VITELLI, 2013), Tipo de ensino médio (BRISSAC, 2009; DURSO, 2015; FIALHO, 2008; SAMPAIO *et al.*, 2011; VITELLI, 2013), Beneficiário de Financiamento Estudantil (FRITSCH, ROCHA, VITELLI, 2015; RAMOS, 2013; SANTOS, 2016; VITELLI, 2013), e se é beneficiário de Assistência Estudantil (ADACHI, 2009; FRITSCH, ROCHA, VITELLI, 2015; MACEDO, 2014; RODRIGUES, 2012; VITELLI, 2013).

No tocante ao gênero, não existe um consenso sobre a predominância de estudantes do sexo feminino ou masculino na evasão. Alguns estudos apontam a predominância do fenômeno em estudantes do sexo masculino (DURSO, 2015; SAMPAIO *et al.*, 2011; VITELLI, 2013). Silva (2015) destaca que a questão da evasão por gênero pode variar consideravelmente de acordo com o curso. Em sua pesquisa em uma IES particular do interior de São Paulo, o autor constatou um equilíbrio na taxa de evasão em ambos os sexos, mas com predominância da evasão de mulheres nos cursos de Ciências Contábeis e Turismo e de homens nos cursos Educação Física, Gastronomia e Gestão Financeira. Em contrapartida, outros estudos (RAMOS, 2013; SILVA 2013; SILVA, 2016), asseveram que a evasão possui maior probabilidade no grupo de estudantes mulheres, contrariando outras pesquisas que apontam o contrário. Apesar dos recentes esforços governamentais para abarcar a discussão da inclusão da identidade de gênero^[2] nas IES, tal como o decreto nº 8.727/2016^[3], a questão de gênero ainda não foi adotada nas coletas de dados do Censo da Educação superior e também não foi abordada em nenhum dos estudos sobre evasão, que utilizaram apenas a análise de dados referentes questões referentes ao sexo feminino e masculino.

Muitos estudos identificaram a variável idade como um fator relevante na incidência da evasão (DURSO, 2015; FIALHO, 2008; FRITSCH, ROCHA, VITELLI, 2015; RAMOS, 2013; SAMPAIO *et al.*, 2011; SILVA, 2013; SILVA, 2016; VITELLI, 2013), mas assim como a questão de gênero, a conclusão dos estudos não é consensual. Alguns autores afirmam que a idade mais elevada dos estudantes podem contribuir para uma probabilidade maior de evasão (DURSO, 2015; FIALHO, 2008; FRITSCH, ROCHA, VITELLI, 2015; RAMOS, 2013; SAMPAIO *et al.*, 2011; SILVA, 2013; VITELLI, 2013) uma vez que a incidência foi maior neste grupo na pesquisa aplicada por estes autores. Conquanto, o estudo de Silva (2016) contradiz a afirmação anterior ao constatar que a evasão nos cursos da área de saúde da UNB/Ceilândia ocorre com maior incidência na faixa etária de 16 a 20 anos (76%) seguido da faixa de 21 a 25 anos (14%).

O tipo de ensino médio cursado pelo estudante também é um fator interveniente de cunho social bastante citado em estudos sobre evasão (ADACHI, BRISSAC, 2009; DURSO, 2015; FIALHO, 2008; SAMPAIO *et al.*, 2011; VITELLI, 2013). O ensino médio pode refletir as deficiências relativas as etapas de ensino anteriores ao estudante ingressar no curso de graduação, revelando-se em dificuldades para concluir o nível superior. Para Adachi (2009), a precariedade que atinge o sistema de ensino brasileiro, e consequentemente, os níveis de formação que antecedem a graduação, pode contribuir para os altos índices de reprovações em determinadas disciplinas, bem como na desistência do curso de graduação.

Fialho (2008) revela em seu estudo de caso estudo de caso em uma IES particular, uma correlação entre a evasão de estudantes que cursaram o ensino médio regular (nenhum dos estudantes oriundos de ensino médio profissionalizante ou supletivo participantes deste estudo de caso evadiram). A autora relata ainda que é de se esperar que estudantes que cursaram o ensino médio regular e tiveram um baixo desempenho escolar, tenham dificuldades logo no início do curso superior, afirmação que é corroborada por sua revisão de literatura que indica dificuldades dos estudantes em se adaptar as exigências do ensino médio para o ensino superior.

Sampaio *et al.* (2011), com base em estudos aplicados na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), asseveram que o tipo de ensino médio revela uma correlação entre a renda e o desempenho no vestibular com destaque aos resultados de estudantes que frequentam o cursinho pré-vestibular e aqueles que frequentaram a escola pública. A renda, portanto, é basilar nesta análise, pois, além de possibilitar que o estudante tenha melhores chances de estudo que o preparem para o vestibular, também oferece a oportunidade de escolha de cursos que melhor se adequem às suas aptidões, fato esse, que favorece a preservação das desigualdades.

Questões socioeconômicas e dificuldades financeiras dos estudantes também foram muito citadas como um importante vetor que pode estar associado aos índices de evasão (ADACHI, 2009; AMBIEL *et al.*, 2016; CUNHA *et al.*, 2015; DURSO, 2015; MACEDO, 2014; SAMPAIO *et al.*, 2011; SANTOS, 2016; SILVA, 2013; SILVA, 2015; SILVA FILHO *et al.*, 2007; VANZ *et al.*, 2016; VITELLI, 2013), o que endossa a necessidade de políticas públicas para o ingresso e permanência de estudantes nas IES, que permitam a democratização deste nível de ensino.

Nesse sentido, o FIES e PROUNI e outras formas de financiamento estudantil são políticas públicas direcionadas a estudantes de IES não gratuitas que tem sido apontadas pela literatura (DURSO, 2015; FRITSCH, ROCHA, VITELLI, 2015; RAMOS, 2013; SAMPAIO *et al.*, 2011; SILVA, 2013; SILVA, 2015; SILVA, 2016; SANTOS, 2016; VITELLI, 2013) como uma variável associada a diminuição das possibilidades de evasão.

Para Santos (2016), programas como o FIES e PROUNI são variáveis que apresentam um impacto positivo sobre a evasão, pois solucionam as dificuldades que muitos estudantes enfrentam em pagar as mensalidades de IES privadas, evitando assim a inadimplência, que é um dos fatores associados a evasão em instituições não gratuitas. Os estudos de Ramos (2013) indicam que os estudantes que possuem bolsas ou participam de alguma forma de financiamento estudantil tem maior probabilidade de permanecer na IES, pois essas variáveis são constatadas pela autora, como as que mais contribuem para a redução da evasão, diminuindo em 12,6% e 14,9% as chances de que ela ocorra.

Sobre este assunto, Vitelli (2013), afirma que o PROUNI é o programa mais relevante para manter os estudantes de IES privadas no sistema. No estudo de caso realizado pelo autor foi constatado que os estudantes evadidos daquela instituição não tiveram acesso ao FIES. Dessa forma, conclui que esses programas são muito importantes no combate à evasão, pois atuam diretamente na solução de problemas econômicos dos estudantes para arcar com as mensalidades de IES privadas, no entanto, para garantir a permanência é necessário que exista a articulação com outras políticas internas da instituição que envolva o aparato emocional, psicológico, acompanhamento acadêmico desenvolvidos por profissionais aptos a prestar esses serviços, tais como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, visando sanar as dificuldades atinentes à vida acadêmica.

Além de Vitelli (2013), outros autores também mencionam a magnitude de ações de assistência estudantil no combate à evasão (ADACHI, 2009; BIAZUS, 2004; MACEDO, 2014; RODRIGUES, 2012).

Adachi (2009) afirma que os estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil apresentam altos índices de conclusão, sobretudo quando se trata de estudantes com dificuldades socioeconômicas. Em seu estudo de caso, a autora (ADACHI, 2009) constata, que estudantes de todas as áreas de conhecimento daquela IES que foram beneficiados com assistência tiveram impacto positivo em relação à evasão, principalmente nos cursos noturnos.

Contudo, Biazus (2004) constata em seu estudo de caso, que os dirigentes universitários das IES pesquisadas demonstram incompreensão dos motivadores da evasão, atribuindo sua causa a fatores inconsistentes. O autor sugere que as universidades escutem mais os estudantes para a elaboração de ações que visem suprir as deficiências da instituição no tocante ao atendimento das demandas do corpo discente, e assim diminuir os índices de evasão.

Macedo (2014) e Rodrigues (2012) destacam a importância do papel das IES em estabelecer um sistema de avaliação institucional que permita o monitoramento e controle e a detecção das causas da evasão, medidas necessárias para subsidiar a formulação de políticas públicas educacionais com foco em ações de permanência. Conquanto, segundo Silva (2013), os fatores intervenientes não devem ser reputados como a causa da evasão, mas sim como variáveis que influenciam nesse fenômeno tão complexo, e podem auxiliar de modo significativo na compreensão deste assunto e na elaboração dessas políticas. Para tanto, Vitelli (2013) indica que a assistência estudantil seja consagrada como política de Estado e não de Governo, tal como é atualmente, e dessa forma, o conjunto de políticas públicas educacionais no combate à evasão, deve não somente ter abrangência nacional, mas cumprir a demanda de atender as especificidades das regiões, instituições, curso, áreas de conhecimento, bem como as necessidades específicas dos estudantes.

Considerações finais

Embora o conjunto de estudos acumulados sobre evasão na Educação Superior não esgotem a demanda por compreender este fenômeno, eles conseguiram identificar algumas variáveis elementares que alteram o comportamento do fenômeno em diversos contextos; de cursos, de áreas de conhecimento e de IES públicas e privadas, e questões relativas aos estudantes, o que permitiu verificar singulares em cada realidade específica. Dessa forma, esses estudos trazem prerrogativas para dar continuidade a pesquisas sobre o tema, e assim subsidiar a elaboração do bojo das políticas públicas educacionais que versam sobre a assistência estudantil.

Alcançar a democratização da Educação Superior perpassa combater a evasão por meio da diminuição dos impactos dos fatores associados a esse fenômeno nos estudantes. Somente a partir disso, será possível oportunizar a toda população reais condições de igualdade para acessar o direito a educação, nesse caso, a Educação Superior. Para que isso ocorra, a assistência estudantil precisa ser fortalecida e consolidada na forma de lei e política de Estado, e assim, se torne universal e balizada em princípios democráticos a fim de garantir à estudantes de IES públicas e privadas o direito ao acesso e permanência com as condições necessárias para a conclusão do curso de graduação escolhido. Não foram analisados neste artigo questões atinentes de cursos à distância por compreender que esta modalidade de ensino requer uma reflexão específica devido as suas particularidades.

Referências

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

AMBIEL, R. A. M.; CARVALHO, L. de F.; MOREIRA, T. C.; BACAN, A. R. Funcionamento diferencial dos itens na Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior (M-ES). **Revista Psico**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 68-76, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712016000100008>. Acesso em jul. de 2017.

ANDRIOLA, W. B.; ANDRIOLA, C. G. e MOURA, C. P. Opiniões de docentes e de Coordenadores acerca do Fenômeno da Evasão Discente dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 365-382, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000300006&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em set. 2016.

BIAZUS, C. A. **Sistemas de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação da UFSM e na UFSC**. Um estudo no Curso de Ciências Contábeis. 203 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, 28 de abril de 2016**. "Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional". Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm>. Acesso em jan. de 2018.

_____. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas.** Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1997. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/diplomacao-retencao-e-evasao-nos-cursos-de-graduacao-em-instituicoes-de-ensino-superior-publicas/>>. Acesso em jun. de 2016.

BRISSAC, Rafaela de Menezes Souza. **Fatores anteriores ao ingresso como preditivos de evasão nos anos iniciais dos cursos superiores de tecnologia.** 145 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, 2009.

CUNHA, J. V. A.; DE LUCA, M. M.; DE LIMA, G. A. S. F.; CORNACCHIONE JUNIOR, E. B. OTTI, E. Quem está ficando para trás? Uma Década de Evasão nos Cursos Brasileiros de Graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. **REPeC**, Brasília, v. 9, n. 2, art. 1, p. 124-142, abr./jun. 2015. Disponível em:

<<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/1141>>. Acesso em ago. de 2017.

DAVOK, D. F.; BERNARD, R. P. Avaliação dos índices de evasão dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 503-521, jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000200503&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em jun. de 2017.

DURSO, S. de O. **Características do processo de evasão dos estudantes do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública brasileira.** 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

FIALHO, M. M. L. **Evasão no Ensino Superior:** um estudo de caso na Faculdade Santo Agostinho. 57 f. Dissertação (Mestrado profissional em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - Universidade Federal do Ceará, 2008.

FRITSCH, R.; ROCHA, C. S. R.; VITELLI, R. F. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 81-108, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7963>>. Acesso em jul. de 2017.

MACEDO, J. **Evasão discente no ensino superior:** Um estudo de caso na UNICENTRO, *campus* Irati. 173 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Santa Catarina, 2014.

RAMOS, L. das G. **Dois ensaios sobre aspectos recentes do ensino superior brasileiro.** 108 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia - Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2013.

RODRIGUES, S. M. Y. O. **Investigando a Evasão Acadêmica para Subsidiar Propostas de Políticas Públicas de Acesso e Permanência na UNESPAR/ FECILCAM.** 97 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de pós-graduação em Políticas Públicas – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y.; MELLO, E. P. G.; MELLO, A. S.G Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE. **Economia Aplicada**, vol.15, no.2, p.287-309, 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502011000200006>. Acesso em jan. 2017.

SANTOS, M. A. S. **Fatores determinantes da evasão no ensino superior.** 64 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de pós-graduação em administração – Complexo Educacional Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2016.

SILVA, G. P. Análise de evasão no ensino superior: Uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação(Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 311? 333, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/04.pdf>>. Acesso em dez. de 2016.

SILVA, H. F. D. **Evasão na Educação Superior:** Um estudo em uma IES privada do médio Tietê. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de Sorocaba, 2015.

SILVA, F. C. da. **O desempenho acadêmico e o fenômeno da evasão em cursos de graduação da saúde.** 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde) - Programa de Pós Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde, Universidade de Brasília, Ceilândia, 2016.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol.37, no.132, p.641-659, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300007>. Acesso em dez.de 2016.

SPADY, W. G. (1970). **Dropouts from Higher Education: An interdisciplinary review and synthesis**. Interchange, Springer, v. 1, n. 1, p. 64–85, 1970.

VITELLI, R. F. **Evasão em cursos de licenciatura**: perfil do evadido, fatores intervenientes no fenômeno. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2013.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando? **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 908-937, set./dez. 2016 Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ea/article/view/4009>>. Acesso em dez. de 2016.

VANZ, S. A. de S.; PEREIRA, P. M. S.; FERREIRA, G. I. S.; MACHADO, G. R. Evasão e retenção no curso de Biblioteconomia da UFRGS. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 21, n.2, p. 541 - 568, jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772016000200541&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em ago. de 2017.

[1] No ano de 2005 as IES privadas representavam 89% do total de IES, das quais 80, 24% eram faculdades (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

[2] De acordo com o decreto nº 8.727/2016, a identidade de gênero é a “dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento”. (BRASIL, 2016)

[3] O decreto nº 8.727/2016 “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. (BRASIL, 2016), o que inclui as universidades federais.